

ANÁLISE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO MUNICÍPIO DE SERROLÂNDIA – BAHIA

ANALYSIS OF SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE IN THE MUNICIPALITY OF SERROLANDIA – BAHIA

Osni Oliveira Noberto da SILVA¹
Theresinha Guimarães MIRANDA²
Miguel Angel Garcia BORDAS³
Márcio dos Santos FERREIRA⁴

Resumo: O objetivo do presente artigo foi analisar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) oferecido pelo município de Serrolândia/BA. De acordo com informações obtidas na secretaria de educação no ano de 2018, o AEE possui trinta alunos matriculados e quatro professoras que compõem o quadro de docentes. Dos trinta alunos, dezoito são do sexo masculino e doze do sexo feminino, com idades variando entre 4 a 34 anos e 23 deles possuem diagnóstico médico. Todas as docentes foram contactadas e aceitaram participar do nosso estudo, respondendo um questionário com perguntas fechadas e múltipla escolha. Sobre as professoras que atuam no AEE, nota-se uma grande experiência na área de educação de todas elas, apesar da maior parte ter sido feito no ensino básico regular. Por conta da proximidade com o tempo de aposentadoria vigente, é importante que a gestão municipal já comece a se preocupar com novos profissionais que substituirão as atuais professoras em caso de aposentadoria. Sobre a estrutura física, observa-se que alguns pontos ainda necessitam ser melhorado, com atenção especial as adaptações físicas de banheiro, rampa etc.

Palavras-chave: Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado; Trabalho docente.

Abstract: The purpose of this paper was to analyze the Specialized Educational Assistance offered by the municipality of Serrolândia/BA. According to information obtained from the Department of Education in 2018, the ESA has thirty students enrolled and four teachers who make up the teaching staff. Of the thirty students, eighteen are male and twelve female, with ages ranging from 4 to 34 years and 23 of them have medical diagnosis. All the teachers were contacted and accepted to participate in our study, answering a questionnaire with closed questions and multiple choice. Regarding the teachers who work in the ESA, there is a great experience in the area of education of all of them, although most of it has been done in regular primary education. Because of the proximity to the current retirement time, it is important that municipal management is already beginning to worry

¹ Doutorando em Educação. Professor do Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: osni_edfisica@yahoo.com.br

² Pós-doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: tmiranda@ufba.br

³ Pós-doutor em Filosofia. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: magbordas@gmail.com

⁴ Licenciado em Educação Física. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: marcinhochen@hotmail.com

about new professionals who will replace the current teachers in case of retirement. Regarding the physical structure, it is observed that some points still need to be improved, with special attention the physical adaptations of bathroom, ramp etc.

Keywords: Special Education; Specialized Educational Assistance; Teaching work.

1. Introdução

O paradigma da Inclusão surge com força nos anos 80 do século XX. A partir desse período, pensar numa escola e num tipo de educação flexível o suficiente para abarcar a todas as crianças e suas diferentes necessidades se tornou objeto de discussão e análise de diversos pesquisadores e, conseqüentemente, incorporado as políticas públicas educacionais de boa parte das nações democráticas.

De acordo com a Declaração de Salamanca, resultante do encontro promovido pela UNESCO⁵ em 1994 na cidade espanhola de mesmo nome, há que se pensar que o princípio elementar de uma escola inclusiva está em garantir que todos os alunos aprendam e se desenvolvam juntos, ainda que possuam deficiências e/ou necessidades educacionais especiais diferentes.

O Brasil como um dos países signatários da Declaração de Salamanca introduziu na legislação nos anos que se seguiram uma série de garantias legais para balizar o princípio da inclusão nas escolas. Porém autores como Santos e Wechsler (2018) alertam que é necessário o auxílio dos pesquisadores da área de Educação Especial para ajudar a construir, implantar e avaliar tais políticas. E ainda segundo os mesmos autores:

Cabe salientar que embora o Brasil esteja em consonância com diversos países do mundo, signatários de tratados e convenções internacionais que buscam oferecer direitos e dignidade a esse segmento social isso ainda é um grande desafio em nosso meio. Nesse sentido é importante ampliar as pesquisas e publicações sobre a temática das pessoas com deficiência, para tornar mais clara as dificuldades e desafios envolvendo esse segmento social das pessoas com deficiência no Brasil (pág. 143).

Para isso a escola necessita agir no sentido de suprir as várias necessidades dos alunos, o que inclui uma atuação a partir de diferentes propostas metodológicas por meio de “currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades” (UNESCO, 1994, p. 12).

Miranda (2006) argumenta que uma educação realmente inclusiva carece de mudanças estruturais no que se entende como a educação tradicional, através, tanto de alterações nos currículos e nas avaliações, como também na estrutura física que acolhe os alunos, de acordo com a necessidade de cada um deles. Ainda segundo a mesma autora cada aluno com deficiência demanda uma série de especificidades na estrutura física, como por exemplo:

⁵ Agência especializada das Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(...) enquanto os alunos com deficiência física têm como critério para sua acessibilidade a existência de espaços físicos adaptados (rampas, corrimões, trincos de porta, banheiros, bebedouros, telefones públicos, etc.), em relação à deficiência visual, a acessibilidade depende de materiais como computadores com softwares adequados, impressoras Braille, etc. No concernente a surdez, o aluno deve ter direito a um intérprete em Língua Brasileira de sinais (MIRANDA, 2006, p. 6).

No Brasil, a partir de meados dos anos 90 do século passado, vários documentos legislativos são publicados, balizando assim a proposta de uma escola inclusiva. Inicialmente é inserido na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, em seu artigo 59:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

Outro importante documento é a Resolução nº 2 de 2001 CNE/CP, que no item IV do artigo 8º que garante o apoio pedagógico necessário ao aluno com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.

Já em 2008 é publicado pelo governo federal a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que entende que a materialização da proposta do paradigma da Inclusão em todos os níveis de ensino necessitará do Atendimento Educacional Especializado (AEE), através de profissionais e recursos específicos que agirão como apoio ao aluno com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, no turno oposto a à escola regular (BRASIL, 2008).

O AEE também foi normatizado através do Decreto Federal nº 7.611/2011 que ratifica a importância desse serviço educacional para a política de inclusão, vindo entre outras coisas a “complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais” e também “suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2011).

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) a que o Decreto se refere é o local onde o atendimento ocorre, normalmente instalada em uma escola regular e que possibilita o aluno

a aprender uma gama de recursos de diversas tecnologias assistivas que ajudarão no seu desenvolvimento educacional e também em sua autonomia para sua vida diária (GALVÃO FILHO; MIRANDA, 2012).

Assim é notório que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge como uma importante ferramenta de inclusão educacional, mas também de desenvolvimento social, principalmente para os municípios que estão nas regiões mais vulneráveis do Brasil. Por isso, o objetivo do presente artigo foi analisar o Atendimento Educacional Especializado oferecido pelo município de Serrolândia/BA.

2. Metodologia

O referido estudo foi desenvolvido no Município de Serrolândia-BA, que está localizado no Piemonte da Chapada Diamantina, noroeste da Bahia, e fica a 319,9 km da capital do Estado, Salvador.

Figura 1: Localização do município de Serrolândia no mapa do estado da Bahia



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Serrol%C3%A2ndia>

O povoado de Serrote (atual município de Serrolândia) pertencia ao município de Jacobina e foi fundado como povoado na década de 1940 e obteve sua emancipação política em 1962. Segundo o IBGE (2010), a população conta com 12.347 pessoas.

Possui em sua economia um potencial no ramo de produção das bolsas, ao qual é conhecida nacionalmente. Também tem na agricultura familiar, na criação de caprinos, ovinos e bovinos, uma fonte de renda para os munícipes. O Bioma predominantemente é a caatinga e, sua árvore símbolo é o Ouricuri (licuri), onde no mês de junho acontece o São João antecipado o famoso Arraiá Du licurí (REIS, 2010).

Na sede e povoados, o município conta com nove escolas municipais, duas creches e um colégio estadual. Em uma das unidades escolares dispõe de um anexo para funcionamento da sala de AEE. O município obteve média 5,4 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais e 3,1 nas series finais. Estes valores ficaram bem acima da média da rede pública do estado da Bahia no ano de 2017 para os anos iniciais com 4,7 e um pouco abaixo na média estadual das etapas finais que é 3,4. Além disso, os valores também ficaram um abaixo da média nacional de 2017 que foi de 5,6 para os anos iniciais e 4,3 para as etapas finais. Porém a Escola Bernardina Ferreira, no Povoado do Maracujá, alcançou média 6,0, nota equivalente ao desempenho dos países considerados desenvolvidos.

Segundo dados da secretaria de educação existem 2.607 alunos matriculados na rede regular de ensino. Serrolândia se destaca por ser uma cidade que aprova boa quantidade de aprovados em Universidades estaduais, federais, institutos técnicos e faculdades particulares de várias cidades do estado.

O desenho metodológico desse artigo tem como primeiro passo a busca de informações junto a secretaria de educação do município de Serrolândia, acerca do funcionamento do Atendimento Educacional Especializado no município.

Foram disponibilizados dois documentos com informações sobre os alunos e os professores de AEE. Estes documentos foram tratados através de uma pesquisa documental, que utiliza materiais que ainda não foram analisados, ou que podem ser reelaborados, a depender dos objetivos propostos (GIL, 2010).

Os materiais analisados podem ser divididos entre aqueles considerados de primeira mão, conceituados como aqueles que ainda não passaram por uma análise, como por exemplo cartas, diários, fotos, documentos oficiais como leis e regimentos, etc; e os documentos de segunda mão, que são materiais que já passaram por uma análise prévia, como relatórios de arquivos públicos, arquivos particulares de instituições e domicílios, tabelas estatísticas entre outros (GIL, 2010).

De acordo com informações obtidas junto a Secretaria de Municipal de Educação no ano de 2018, o AEE possui trinta alunos matriculados e quatro professoras que compõem o quadro de docentes. A partir dessas informações foram feitos contatos com as docentes que aceitaram participar do nosso estudo, respondendo um questionário com perguntas fechadas e múltipla escolha.

Este tipo de instrumento de coleta de dados empíricos tem como objetivo conhecer as opiniões de um grupo de indivíduos sobre determinado tema, de forma rápida, direta,

econômica e sem a necessidade de um treinamento específico por parte dos pesquisadores (GIL, 2010).

Importante salientar que o estudo seguiu todas as normas éticas referente a pesquisa com seres humanos, apresentando as professoras um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com o intuito de preservar a identidade das participantes do estudo e garantir que os dados coletados pelo questionário sejam usados apenas para fins acadêmicos.

3. Dados dos alunos atendidos no AEE

Sobre os alunos o documento disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação consta dados sobre o nome, documentos de identidade e nome das escolas onde eles estão matriculados (todas essas informações foram intencionalmente omitidas neste artigo), além da idade, sexo e a identificação da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID). Essas informações estão apresentadas na tabela 1:

Tabela 1: Levantamento dos alunos matriculados no Atendimento Educacional Especializado (ano letivo 2018)

Aluno	Sexo	Deficiência e/ou necessidade especial ⁶	Idade
1	Feminino	Cid (10) F 71 - Retardo no desenvolvimento neuropsicomotor e quadro de pouca interação social, padrões de conduta repentinas e atrasos na linguagem e fala.	14
2	Feminino	Cid (10) F 70 Retardo Mental Leve.	18
3	Masculino	Cid (10) F 91	16
4	Feminino	Cid (10) G 40 - Crise de Hemiplegia direita e desvio do olho esquerdo.	15
5	Masculino	Cid (10) F 72 - Retardo Mental Grave.	17
6	Masculino	Não foi apresentado o relatório médico	26
7	Feminino	Cid (10) F 72.1 - Déficit intelectual; Retardo Mental Grave	23
8	Feminino	Diagnóstico Pedagógico: apresenta características físicas de Síndrome de Down, embora no momento não foi disponibilizado o relatório médico.	9
9	Masculino	Cid (10) F 72.1 - Retardo Mental Grave	25
10	Masculino	Cid Q 03.9 - Histórico de aumento do perímetro cefálico secundário e Hidrocefalia.	7

⁶ As informações referentes ao CID e aos comentários são exatamente como estão registrados no documento disponibilizado pela Secretaria municipal de Educação de Serrolândia.

11	Masculino	Diagnóstico pedagógico: hora o aluno apresenta características do espectro do autismo, hora, características do retardo mental. No entanto, ainda não foi disponibilizado o laudo médico.	15
12	Feminino	Portadora de Atrofia Óptica Bilateral Cid (10) H 47.2 com quadro clínico de autoagressividade, deficiência do aprendizado Cid (10) F. 71	9
13	Masculino	Cid (10) Q.90.9 - Síndrome de Down	34
14	Masculino	Cid (10) F 71+G. 80.9 - Atraso no desenvolvimento neuropsicomotor	16
15	Masculino	Diagnóstico pedagógico: Apesar do aluno está parcialmente alfabetizado, apresenta dificuldades cognitivas no processo da aprendizagem, principalmente na área de exatas, mas, no momento só podemos apresentar uma análise pedagógica, pois o aluno mencionado ainda não se encontra com o laudo médico.	14
16	Feminino	Cid G 80.9 - Retardo Mental e Comportamento Autista.	13
17	Masculino	Cid (10) F 84.0 - Quadro de autismo e agitação psicomotora.	15
18	Feminino	Cid (10) F.90 (Transtorno de Comportamento) F.70 (Retardo Mental Leve).	11
19	Masculino	Cid (10) F.72.1 - Comprometimento no seu funcionamento social.	7
20	Feminino	Diagnóstico pedagógico: Embora a aluna apresente características do autismo, não possui o relatório médico.	4
21	Masculino	Diagnóstico pedagógico: O aluno apresenta déficit de atenção na aprendizagem, porém, não possui o laudo médico.	14
22	Masculino	Cid (10) F.79 - Retardo Mental	17
23	Feminino	Não possui o laudo médico	16
24	Feminino	Cid (10) F 80.4+ F 71 - Transtorno invasivo do desenvolvimento (autismo)	10
25	Masculino	Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) – F 84 (CID 10).	14
26	Masculino	Cid (10) F 84.0 + F 72.0 - Transtorno invasivo do desenvolvimento (autismo), com comprometimento cognitivo incapacitante, com completa dependência de terceiros.	14
27	Feminino	Cid G80.9+Q97.3 - Paciente com visível atraso de desenvolvimento neuropsicomotor, prestando atenção em tudo, mas sem se comunicar.	13
28	Feminino	CID – G91+ G40 – Hidrocefalia e Epilepsia.	10
29	Feminino	Cid (10) F 72.1 e F 06 - Deficiência Intelectual Grave e Transtorno Mental Orgânico.	21
30	Masculino	CID F 84-0 TEA	5

Secretaria Municipal de Educação de Serrolândia (2019)

Dos trinta alunos, dezoito são do sexo masculino e doze do sexo feminino. Sobre as idades dos alunos, dois variam entre um a cinco anos, seis alunos tem entre seis a dez anos, onze alunos tem entre onze a quinze anos, seis entre dezesseis a vinte anos, três entre vinte e um e vinte cinco anos e dois possuem acima de vinte e cinco anos de idade.

Vinte e cinco alunos são matriculados em escolas municipais (sendo uma creche) e quatro alunos frequentam escolas estaduais. Apenas um aluno não frequenta escola regular, de acordo com informações da Secretaria Municipal de Educação de Serrolândia.

Vinte e três alunos possuem diagnóstico médico, inclusive com o código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde⁷, em sua versão de número 10 (CID10). É importante esclarecer que apesar de algumas condições específicas de determinados alunos não sejam necessariamente doenças ou problemas de saúde, o laudo médico é de extrema importância para que o professor possa atuar de forma segura e com uma metodologia voltada para a especificidade de cada aluno.

Aparentemente foi possível observar que a condição dos alunos está em acordo com a resolução do Conselho Nacional de Educação, CNE/CEB nº 4 de 2009, que delimita, em seu artigo 4º, os indivíduos que são considerados o público-alvo do Atendimento Educacional Especializado:

- I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
- II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
- III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009, p. 1).

Entretanto é importante esclarecer que sete alunos não apresentam laudo médico, sendo que em cinco deles existe um “Diagnóstico pedagógico” baseado na observação e possivelmente relatos dos familiares dos alunos. Desses sete alunos, quatro são adolescentes, dois são crianças e um já é adulto.

⁷ No original em inglês: International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems - ICD

Apesar de ser algo preocupante, autores como Amorim et al (2016) argumentam que um diagnóstico “fechado” é muito difícil de ser feito nos anos iniciais na escola, de modo que se o atendimento se iniciasse somente após o laudo, as ações pedagógicas poderiam perder um tempo precioso para o desenvolvimento do aluno. Porém os mesmos autores argumentam que a falta de laudo “favorece o distanciamento dos profissionais da saúde, além disso, pode atrasar a prescrição de procedimentos mais específicos diante das necessidades de estrutura e função corporal” (pág. 144).

4. Perfil dos professores de AEE de Serrolândia

Como já explicado na metodologia, as quatro docentes são do sexo feminino, autodeclaradas pardas, com idades que variam entre 46 a 52 anos. Todas elas são funcionárias públicas municipais, com ingresso através de concurso público para o cargo de professor de educação básica da escola regular.

Esse domínio do sexo feminino pode ser compreendido a partir dos estudos de Dametto e Esquinsani (2015), onde afirmam que tradicionalmente a atuação do professor de Atendimento Educacional Especializado ainda é muito relacionado a ideia que se tem do trabalho realizado por cuidadores em creches, na educação infantil e até alusivo à figura materna.

Em relação a experiência de ensino o tempo na educação básica do município variou entre 22 a 27 anos, o que demonstra que todas elas já possuem grande experiência de docência, inclusive entrando na fase final do tempo de serviço público, que é de trinta anos. Entretanto ao relacionarmos com o tempo em que atuam no AEE do município de Serrolândia, estado da Bahia. Observou-se que a experiência nesta modalidade de ensino variou entre 2 a 5 anos.

Com essas informações relevantes é possível “inferir” que as professoras entraram em contato com o trabalho do AEE apenas no fim de suas carreiras, que necessita começar a se preocupar com a renovação e até ampliação desses profissionais no referido município.

Isso pode ser melhor explicado ao se analisar a formação acadêmica das professoras, três das quatro tem formação em nível superior completo (duas em Licenciatura em Pedagogia e uma em Licenciatura em Letras com Inglês) e uma está em formação. As três professoras graduadas já possuem cursos de Especialização, porém apenas uma foi na área de Educação Especial.

Estudos como o de Tartuci e Flores (2013) também observaram o curso de Licenciatura em Pedagogia como a principal graduação dos professores de AEE pesquisados. Deimling (2013) explica que tradicionalmente existe essa predileção pela Pedagogia porque foi o curso em que ocorreram as primeiras disciplinas e estudos mais aprofundados no âmbito da Educação Especial.

No que diz respeito ao tipo de instituição onde os professores fizeram seus cursos de graduação, duas professores concluíram sua Licenciatura em Universidades Estaduais e uma professora concluiu seu curso em instituição privada.

Em relação ao local de trabalho, metade deles afirmaram ter sua carga horária funcional de 40 horas dedicada exclusivamente ao trabalho no AEE. As outras duas professoras se dividem entre 20 horas no AEE e 20 horas nas salas de aula regulares da educação básica.

De acordo com a regulamentação das Diretrizes da Educação Inclusiva no estado da Bahia, um professor de Atendimento Educacional Especializado deve atender um limite de doze estudantes, quando se tratar de atendimentos individuais, para um professor com uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais (BAHIA, 2017).

Essa grande quantidade de alunos exige um tempo de preparação das intervenções que acabam extrapolando as quarenta horas oficiais. Duas professoras afirmaram que sempre levam trabalho do AEE para casa, uma docente afirma que leva trabalho do AEE pra casa com frequência. Apenas uma professora afirmou que só raramente leva trabalho do AEE para casa.

No que diz respeito ao tempo gasto com atividades de AEE que elas precisam planejar em casa, metade das professoras afirmam que gastam entre uma a duas horas diárias, um disse gastar de três a quatro horas e outra docente afirmou dispendir mais de seis horas diárias com atividades de planejamento do AEE, como resumido no gráfico da figura 2:

Figura 2: Gráfico com a quantidade de tempo que as professoras levam por dia com trabalho que levam para casa



Fonte: os autores

Esse tempo gasto com a continuação do trabalho em casa afeta diretamente na qualidade do descanso, na relação com a família e amigos e no tempo reservado ao lazer e afeta indistintamente tanto docentes que atuam no AEE, quanto professores do ensino regular (SILVA; GUILLO, 2015; ARAÚJO, 2017).

Apesar desse trabalho extra, três das quatro professoras afirmaram no questionário que estão satisfeitos com a carreira docente. Uma professora disse ser indiferente a questão da satisfação sobre a sua carreira.

5. Análise do espaço físico do AEE de Serrolândia

As atividades pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado acontecem em um espaço próximo ao Colégio Municipal Arionete Guimarães de Sousa (COMAGS), sendo uma espécie de anexo dessa unidade escolar. O espaço é na verdade uma casa alugada e não tem nomenclatura oficial, sendo que as atividades se iniciaram nesse logradouro no ano de 2017.

Figura 3: Fachada do espaço de AEE de Serrolândia



Fonte: os autores

De acordo com informações da Secretaria Municipal de Educação, a opção por utilizar essa estrutura fora do ambiente escolar se deu em função da antiga sala de AEE no COMAGS não dispor de um espaço apropriado, com acessibilidade e estrutura para receber estes alunos em sua diversidade enquanto pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais. No entanto, constata-se que atual prédio tem acessibilidade precária,

não estando dentro das normativas e leis federais que regem tal perspectiva para atendimento a pessoa com deficiência no que diz respeito à acessibilidade.

Outro detalhe que é necessário destacar é que por ser um anexo do COMAGS, o espaço alugado acaba por prejudicar a inclusão destes alunos, principalmente no que tange ao direito a vivência com outros discentes. Foi possível observar também que essa situação passa uma imagem de separação ou segregação, uma vez que a localização não é tão visível a comunidade, além da falta de acessibilidade para as pessoas com deficiência pois é um espaço sem rampas, banheiros sem barras para auxílio na sua utilização, sem norreamento de orientação para pessoas com deficiência visual e dentre outras faltas.

Figura 4: sala de atendimento do espaço de AEE



Fonte: os autores

O referido espaço físico conta com um espaço de aproximadamente 200 metros quadrados, sendo divididas em: salas de atividades pedagógicas que dispõem de 40 metros quadrados; a cozinha com 35 metros quadrados; dois banheiros de 10 metros quadrados cada

com adaptações irregulares e que não contemplam de forma eficaz o acesso dos discentes com suas diferentes especificidades motoras e intelectuais; sala de computação com 25 metros quadrados; espaço para atividades lúdicas com 45 metros quadrados, além de uma cobertura de 35 metros quadrados ao redor da casa.

Percebe-se um bom espaço livre ao redor do logradouro para realização de demais atividades, porém sem uma cobertura, bem como um parquinho adaptado. Salienta-se que o transporte dos alunos residentes na zona rural é realizado diariamente pelos ônibus escolar, além de carros que prestam de forma terceirizada o serviço de traslado dos discentes de suas casas para as unidades escolares do município, que por sua vez, não dispõem de acessibilidade e conforto necessário para os mesmos.

Figura 5: Um dos banheiros com adaptação irregular



Fonte: os autores

Albuquerque (2014) afirma que uma infraestrutura ruim da escola pode influenciar negativamente no desempenho dos alunos e no trabalho desenvolvido pelos docentes, sendo que para a Educação Especial as consequências podem ser ainda mais sérias. E ainda segundo a mesma autora:

A infraestrutura da escola é um elemento que facilita o acolhimento das diferenças, por conseguinte, determinadas mudanças físicas contribuem para organizar o ambiente escolar. Uma sala de aula, na qual alunos e professores desfrutam de um clima salutar e favorável, por exemplo, ao deslocamento de pessoas, aumenta as possibilidades de autonomia e garante um melhor rendimento das práticas pedagógicas (2014, p. 238).

Além dos professores, auxiliares de serviços gerais que atuam juntamente com a coordenação pedagógica, a sala de atendimento educacional especializado conta com parceria de profissionais da secretaria de saúde como: médico psiquiatra, psicólogo, fisioterapeuta, enfermeiro, nutricionista, assistente social, além de apoio de profissionais da educação como psicopedagogo auxiliares de disciplina que atuam no acompanhamento de pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

Inferese que a rotina de funcionamento ocorre nos turnos matutino e vespertino, sendo propiciado aos alunos que estejam no turno oposto à participação na rede regular com suporte de auxiliares de disciplina nas unidades escolares para propiciar consonância parceria entre sala de atendimento educacional especializado escola regular.

6. Considerações finais

E aqui retomamos o objetivo do presente artigo que foi analisar a situação do Atendimento Educacional Especializado oferecido pelo município de Serrolândia, do estado da Bahia.

Mais do que levantar informações acerca dos alunos atendidos, dos profissionais que lá atuam e da estrutura física oferecida no Atendimento Educacional Especializado, é importante projetar possibilidades de melhora do que precisa ser alterado ou manutenção do que já se mostra satisfatório. As limitações do presente estudo foram a falta de entrevistas com os alunos, além das observações dos atendimentos realizados, que podem ser coletados em estudos posteriores.

No que diz respeito aos alunos, dos trinta matriculados, dezoito são do sexo masculino e doze do sexo feminino, com idades que variaram bastante, entre quatro a trinta e quatro anos. Vinte e cinco alunos são matriculados em escolas municipais (sendo uma creche), quatro alunos frequentam escolas estaduais e somente um aluno não frequenta escola regular. A maioria dos alunos (vinte e três) já possuem diagnóstico médico. É importante que outros estudos analisem os resultados para os alunos advindos desses atendimentos.

Foi possível observar que a área de funcionamento do espaço físico onde ocorre o Atendimento Educacional Especializado é ampla, com a divisão do respectivo espaço em diferentes espaços para as atividades pedagógicas e funcionais. Além disso possui estrutura de equipamentos mobiliários razoável para desenvolvimento das ações neste espaço.

Salienta-se que ainda a acessibilidade é insuficiente diante das reais necessidades de cada sujeito inserido naquele espaço. O local fica situado em anexo ao Colégio Municipal

Arionete Guimarães de Sousa (COMAGS), bem como próximo a outras unidades de atendimento à população.

Assim, é importante que mais estudos acerca da temática aqui analisada possam ser produzidos, tanto em relação ao uso de outros instrumentos qualitativos, como entrevistas com roteiro semiestruturado ou se aprofundando em elementos referentes a legislação local, tanto no que diz respeito à realidade de Serrolândia, quanto da produção de estudos analisando o Atendimento Educacional Especializado de outros municípios do estado da Bahia ou de outras regiões do país.

7. Referências

ALBUQUERQUE, Ednea Rodrigues de. *Prática Pedagógica inclusiva: um estudo de caso em escola com atendimento educacional especializado (AEE) em Jaboatão dos Guararapes-PE*. 2014. 340 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

AMORIM, Gabriely Cabestré; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; ARAÚJO, Rita de Cássia Tibério. O atendimento educacional especializado na educação infantil: perspectiva do professor itinerante. *Revista Cocar*, Belém, v.10, n.19, p.140 a 165 – jan./jul. 2016.

ARAÚJO, Carolina Maia de. *Condições de trabalho docente na educação básica: um estudo sobre a rede pública (zona urbana e rural) na cidade de Serrolândia-Bahia*. 2017. 163 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Educação Física). Universidade do Estado da Bahia. Jacobina.

BAHIA. *Diretrizes da educação inclusiva no estado da Bahia: (pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação)*. Secretaria da educação do estado da Bahia. Salvador. 2017.

BRASIL. *Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: SEF/SEESP, 2001*.

BRASIL. MEC/SEESP. *Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. *Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares, estratégia para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília, 1999.

BRASIL. *Decreto nº 7.611/2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

DAMETTO, Jarbas; ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Mãe, mulher... professora! Questões de gênero e trabalho docente na agenda educacional contemporânea. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá, v. 37, n. 2, p. 149-155, July-Dec., 2015.

DEIMLING, Natalia Neves Macedo. A Educação Especial nos cursos de Pedagogia: considerações sobre a formação de professores para a inclusão escolar. *Educação Unisinos*. 17(3):238-249, setembro/dezembro 2013.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Tecnologia Assistiva e salas de recursos: análise crítica de um modelo. In: GALVÃO FILHO, T. A. (Org.); MIRANDA, T. G. (Org.). *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2012, p. 247-266.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <[http://www. Censo2010.ibge.gov.br](http://www.Censo2010.ibge.gov.br)>

MIRANDA, Theresinha Guimarães. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. In: *Anais do seminário de pesquisa em educação especial*, Vitória: UFES, 2006.

REIS, Diomedes Pereira dos. *Serrote de ontem, Serrolândia de hoje*. 3 ed. Salvador: Press Color, 2010.

SANTOS, Marco Antonio dos; WECHSLER, Solange Muglia. Análise da produção científica brasileira sobre pessoas com deficiência na última década. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, v.5, n.2, p. 133-146, jul.- dez., 2018.

SILVA, Regisnei Aparecido Oliveira; GUILLO, Lídia Andreu. Trabalho docente e saúde: um estudo com professores da educação básica do sudoeste goiano. *Itinerarius Reflectionis*. V. 11, nº 2, 2015

TARTUCI, Dulcéria; FLORES, Maria Marta Lopes. A organização das práticas pedagógicas e da gestão e o atendimento educacional das crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil. *Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/Diversitas/USP Legal* – São Paulo, junho/2013.

UNESCO. *Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área as necessidades educativas especiais*. Salamanca – Espanha, 1994.

Recebido em: 02 de junho de 2019

Modificado em: 10 de julho de 2019

Aceito em: 16 de julho de 2019